

Crise prejudica ação social do governo

economia - Brasil

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA - O programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso para o segundo mandato, o AVANÇA BRASIL, corre o risco de não sair do papel. A estabilidade da moeda voltou a ser a prioridade número um, e o sonho do PSD de liderar um governo realizador ficou distante. A execução do principal programa de obras do governo - o Brasil em Ação - deverá se arrastar pelos próximos três anos, enquanto o governo estará empenhado em canalizar suas energias para gerar crescentes superávits em suas contas.

"Neste ano vamos reduzir os gastos em obras. Vamos alterar o cronograma de execução. As obras serão feitas numa velocidade menor ou adiadas para o ano seguinte", reconheceu o ministro de Orçamento e Finanças, Paulo Paiva. O coordenador do programa de governo, o economista Carlos Pacheco, já não está tão otimista quanto ao cumprimento de algumas das promessas feitas durante a campanha. "A perspectiva não é boa, mas o programa de governo é para ser executado em quatro anos", disse Pacheco, que assumiu a secretaria-executiva do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Estabilidade - Durante a campanha eleitoral o presidente Fernando Henrique Cardoso se empenhou em demonstrar que não fazia um governo de uma nota só - a estabilidade. Mas depois da crise da Rússia e da desvalorização cambial esse tema voltou a ser o dominante em suas preocupações. O equilíbrio das contas públicas, com a dívida pública não podendo ultrapassar os 45% do PIB nos próximos três anos, virou um compromisso do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "O Fernando Henrique não tem programa de governo. O programa é gerar superávit primário para pagar a dívida pública", criticou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

A recessão na economia mundial, que vem se aprofundando desde as eleições, tornou ainda mais difícil uma das principais metas do programa AVANÇA BRASIL, a de ampliar as exportações brasileiras para R\$ 100



Dante da necessidade de estabilizar a economia, o presidente Fernando Henrique terá dificuldades para cumprir as promessas de campanha

bilhões até 2002. "A desvalorização cambial vai ajudar o Brasil. Mas se a economia mundial não voltar a crescer, o cumprimento dessa meta fica difícil", disse Pacheco. No ano passado, as exportações brasileiras cresceram em volume, mas não em valores. Isso ocorreu porque o mercado internacional ficou menor com a recessão, que também provocou a queda das commodities agrícolas que são os principais produtos de nossa pauta de exportação.

Pesadelo - Um integrante da Executiva do PSD traduziu a situação enfrentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com as se-

guintes palavras: "As promessas de campanha viraram um desafio e podem se transformar num pesadelo". Com os cortes de gastos, mesmo com a CPMF, o Ministério da Saúde não tem como garantir o cumprimento de duas promessas de campanha: chegar a 2002 com 20 mil equipes do Programa de Saúde da Família e 120 mil agentes comunitários de saúde. Sem o crescimento da economia, que depende da redução das taxas de juros, o governo também não viabilizará as condições para criar os 7,8 milhões de novos empregos que constam do programa AVANÇA BRASIL.

A liberação do câmbio trouxe um

pouco de esperança para o governo e a crença de que o quadro poderá mudar. "A mudança na política econômica criou um novo cenário que poderá facilitar a execução do programa de governo", disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O ministro, que foi um dos principais integrantes da equipe de programa de governo, avalia que com o câmbio livre se criaram as condições para que o Brasil volte a crescer, para que o Estado arrecade mais e reduza os seus gastos com juros. "Em dois anos nós saímos deste aperto fiscal", prevê Paulo Renato.

Ajuste Fiscal - Mas para que isso ocorra, integrantes do governo

avaliam que é preciso que a taxa média de juros anual - que é de 32% - caia para cerca de 17%. Se isso não ocorrer, segundo auxiliares do presidente, não só a economia não crescerá como a dívida pública terá aumentado, pois parte dela está atrelada ao dólar. Nesse caso, o ministro Paulo Paiva disse que a saída será promover mais cortes no orçamento: "O ajuste fiscal é fundamental".

Paiva considera que o equilíbrio das contas públicas é uma verdade universal e que sua adoção independe da coloração política e ideológica dos governos. "A União Europeia definiu que os países que a integram não po-

dem ter um déficit maior que 60% do PIB. Esse acordo foi mantido por governos socialistas e gaúchos na França e por governos conservadores e trabalhistas na Inglaterra", disse o ministro do Orçamento.

O Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, está tentando driblar os cortes em seu orçamento defendendo a criação do Imposto sobre os Combustíveis, o chamado Imposto Verde. Esta semana, o ministro ganhou um aliado para criar e gastar o imposto, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Mas com a desvalorização do real diante do dólar, a equipe econômica começa a avaliar que a criação do imposto poderá ter impacto inflacionário. "O imposto vai pressionar a inflação. O preço dos combustíveis deve subir com a desvalorização do real", disse o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Para tentar salvar a proposta, o ministro Eliseu Padilha reformulou o projeto inicial para reduzir seu impacto no preço do combustível ao consumidor. Quando esse debate foi iniciado, em novembro do ano passado, a intenção era arrecadar R\$ 5 bilhões, de 1999 até 2001, cobrando um imposto de 10,9% nos óleos lubrificantes, aumentando o litro para o consumidor em R\$ 0,30, e de 26% na gasolina, aumentando o preço do litro em R\$ 0,20. Na semana passada novas planilhas foram feitas prevendo a vigência do imposto num período de seis anos e reduzindo o reajuste da gasolina para o consumidor para 7,7% e o do diesel para 6,9%.

A proposta de governo AVANÇA BRASIL - Mais Quatro Anos de Desenvolvimento Para Todos, defendida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na campanha está patinando em seu primeiro capítulo: Consolidar a Estabilidade Econômica. "Quanto mais rapidamente o ajuste fiscal der resultados concretos, mais cedo as taxas de juros vão cair e mais o país vai conseguir crescer", resumiu o ministro Paulo Paiva. Enquanto isso não ocorre, os capítulos seguintes - o da Geração de Empregos e o do Combate à Pobreza - aguardam a sua vez para se tornarem prioridade do governo social-democrata.